

Iniciativa: **PROGRAMA DE GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO ESPÍRITO SANTO - GERAR**
Instituição: Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Avaliador 1: O projeto GERAR reconhece o atraso do Espírito Santo quanto ao desenvolvimento de energias sustentáveis, não sendo, desta forma inédito. Mas sua efetividade é justificada pela geração de empregos, o que por si só, já justifica sua aplicabilidade. Entretanto não há, no projeto, a descrição de iniciativas que tenham consultado as comunidades envolvidas e como seriam afetadas por isso. O projeto é relevante socialmente, caso seja implementado como disposto, e havendo uma responsável taxaço, o que é preocupante com a nova legislação em tramitação. Propõe um uso eficiente de recurso público, caso haja competência política para tal. Propõe clareza na transparência dos fatos e dados e envolve um grande número de parceiros. Quanto a sustentabilidade o projeto não deixa claro que setores específicos não poderão usufruir do novo incentivo. É uma dúvida como esse equilíbrio fiscal afetará os usuários e interessados em energia renovável, principalmente após o Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados. Quanto à replicabilidade, apresenta alta capacidade de ser replicado.

Avaliador 2: Iniciativa interessante e promissora cuja atratividade dependerá em grande parte da adoção das medidas por outros estados.

Avaliador 3: Excelente iniciativa mas pode melhorar a proposta dando mais atenção aos itens que tratam da sustentabilidade e controle social.

Avaliador 4: As notas regulares foram pelo fato de não haver dados o suficiente para dar uma classificação alta. Mesmo na fase de ideação é possível explorá-los, visto que algumas atividades foram realizadas.

Avaliador 5: O PROGRAMA DE GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO ESPÍRITO SANTO - GERAR é uma política pública que visa posicionar e incrementar os investimentos do Estado do Espírito Santo em produção de energia renovável, podendo ser cruciais no desenvolvimento socioeconômico de municípios com IDH baixo. Os proponentes apresentaram um excelente plano para implantação da política de energias renováveis, contudo os resultados estimados foram previstos para o curto prazo (2022) o que pode aumentar os riscos de não lograr êxito nos objetivos estabelecidos. Sugiro revisar a estimativa e buscar parcerias e cooperações com outros entes federativos que tenham experiência prévia na implantação de programas dessa natureza, pensando em cooperar tecnicamente nesta política pública e ampliar o conhecimento sobre o processo de consolidação da mesma. Ao mensurar os investimentos e a aplicação dos recursos públicos, a SEDES poderia ter apresentado um estudo sobre o montante das renúncias fiscais que pretende-se aplicar e se as mesmas causam impactos significativos para a arrecadação do Estado. No mais, desejo sucesso aos servidores da SEDES na implantação desta política de extrema importância.